



AUDINT
UNIDADE DE
AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Exercício de 2025

Universidade Federal Rural do Semi-árido (Ufersa)
Unidade de Auditoria Interna (Audint)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO N. 1

Unidade Examinada: **Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)**

Município/UF: **Mossoró/RN**

Missão

A Unidade de Auditoria Interna tem por missão desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhoria da eficácia dos processos com o objetivo de melhorar as operações e resultados obtidos da instituição.

Avaliação

O trabalho de avaliação, como parte da atividade de auditoria interna, consiste na obtenção e na análise de evidências com o objetivo de fornecer opiniões ou conclusões independentes sobre um objeto de auditoria. Objetiva também avaliar a eficácia dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos relativos ao objeto e à Unidade Auditada, e contribuir para o seu aprimoramento.

QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO PELA AUDINT?

O Ministério da Educação (MEC) define evasão como a saída antecipada do estudante do curso de graduação, independentemente do motivo. Trata-se de um fenômeno de natureza global, multicausal e persistente, que não pode ser explicado por uma única causa, tampouco solucionado por uma medida isolada. O escopo da auditoria abrangeu a análise da eficácia e da eficiência das políticas e programas de suporte acadêmico voltados à permanência discente, com ênfase nos aspectos de planejamento, gerenciamento de riscos e adequação dos controles internos administrativos. A unidade auditada foi a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável pela formulação e coordenação das ações relativas ao ensino de graduação na instituição.

POR QUE A AUDINT REALIZOU ESSE TRABALHO?

A ação estava prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2024 ([PAINT/2024](#)), tendo sido temporariamente suspensa em razão de licença maternidade da auditora responsável. Com o seu retorno, a atividade foi reiterada no [PAINT/2025](#), permitindo a continuidade dos trabalhos. A sua escolha se deu por critérios de relevância e criticidade, uma vez que se trata de atividade fim da instituição e a última auditoria realizada foi há 6 anos.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS PELA AUDINT? QUAIS AS RECOMENDAÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?

1 – Recomenda-se à PROGRAD que, no prazo de 6 (seis) meses, elabore e implemente a Política Institucional de Combate à evasão; 2 – Recomenda-se à PROGRAD que, em até 66 (seis) meses, institua e implemente Programa permanente de capacitação pedagógica para docentes; 3 – Recomenda-se à PROGRAD a reformulação e implementação de novo instrumento de avaliação docente aplicado pelos estudantes, até o encerramento do semestre 2025.2; 4. Recomenda-se à PROGRAD que, no âmbito da estratégia institucional de combate à evasão, estruture e implemente um protocolo formal de acompanhamento preventivo de estudantes em risco de evasão.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUDINT – Auditoria Interna

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação

PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna

PNDP – Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PPCs – Projetos Pedagógicos de Curso

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação

SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

SINASS – Sistema Nacional de Auditoria do SUS

SUTIC – Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação

TAACs – Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador

TCU – Tribunal de Contas da União

UFERSA – Universidade Federal Rural do Semi-árido

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Metodologia, escopo, justificativa	7
Visão Geral do Objeto - considerações iniciais sobre a evasão na Ufersa	8
O que os dados exprimem sobre a Ufersa?	10
O perfil dos evadidos	17
Como os estudantes se posicionam sobre a instituição?	19
O que dizem os coordenadores?	28
RESULTADOS DOS EXAMES	30
1. Ausência de estratégia institucional formalizada para combater a evasão	30
2. Inexistência de um Programa permanente de capacitação pedagógica	31
3. Ausência de meios de avaliação eficazes por parte dos estudantes das práticas pedagógicas	33
4. Inexistência de acompanhamento do estudante de forma prévia à evasão	35
RECOMENDAÇÕES	37
CONCLUSÃO	38

INTRODUÇÃO

O novo [Plano Nacional da Educação](#) (PNE), com vigência prevista até 2034, ainda em tramitação, mantém como diretriz para o ensino superior o fortalecimento da permanência estudantil. Tal orientação reproduz [meta](#) já estabelecida no PNE anterior (2014–2024), que previa “elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais nas universidades públicas para 90%”. A evasão discente representa um fator de ineficiência, com impactos financeiros e institucionais, em desacordo com a finalidade legal da educação superior, definida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996, art. 43, II), que visa à formação qualificada e ao desenvolvimento da sociedade.

O Ministério da Educação (MEC) define evasão como a saída antecipada do estudante do curso de graduação, independentemente do motivo. Trata-se de um fenômeno de natureza [global](#), [multicausal](#) e persistente, que não pode ser explicado por uma única causa, tampouco solucionado por uma medida isolada. A adequada compreensão da evasão requer a consideração de distintas variáveis, como, por exemplo, a área do curso (exatas, sociais aplicadas etc) ou o tipo (licenciatura ou bacharelado), o perfil socioeconômico e racial dos estudantes (cotistas e não cotistas; pretos e brancos), bem como aspectos de gênero, entre outros. Cada combinação desses fatores demanda estratégias específicas, dado que as causas e manifestações da evasão variam significativamente entre os grupos. Ressalte-se, ainda, que nem toda saída configura um insucesso acadêmico, podendo representar, em alguns casos, um reingresso posterior ao sistema educacional.

Apesar da relevância e urgência do tema, o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio da auditoria operacional realizada no âmbito do Processo TC 009.177/2022-1, concluiu que o Ministério da Educação (MEC) não instituiu uma política pública nacional estruturada, tampouco definiu arranjos institucionais adequados para o enfrentamento da evasão no ensino superior. Em trecho retirado do relatório, foi pontuado que, diante da ausência de mecanismos adequados de prevenção e redução da evasão universitária federal à nível federal, “as ações adotadas pelo MEC e pelas universidades federais não se mostraram suficientes para reduzir as taxas de evasão dos estudantes que ingressaram nas universidades federais no período de 2010 a 2017, impactando negativamente o desempenho dessas instituições de ensino” (item 50 do relatório).

A presente auditoria interna teve por finalidade avaliar, no âmbito da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), a execução e o grau de atingimento dos objetivos institucionais relacionados à permanência e à redução da evasão estudantil. A ação estava prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2024 ([PAINT/2024](#)), tendo sido

temporariamente suspensa em razão de licença maternidade da auditora responsável. Com o seu retorno, a atividade foi reiterada no [PAINT/2025](#), permitindo a continuidade dos trabalhos.

O escopo da auditoria abrangeu a análise da eficácia e da eficiência das políticas e programas de suporte acadêmico voltados à permanência discente, com ênfase nos aspectos de planejamento, gerenciamento de riscos e adequação dos controles internos administrativos. A unidade auditada foi a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), responsável pela formulação e coordenação das ações relativas ao ensino de graduação na instituição.

Os trabalhos contaram com a colaboração efetiva da gestão auditada, que se mostrou receptiva e cooperativa em todas as fases da auditoria. Destaca-se, ainda, que a presente ação foi desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa “Auditoria na Prática”, coordenado pela auditora responsável, com a participação de discentes do curso de Ciências Contábeis na fase de planejamento e na aplicação do instrumento de coleta de dados (survey), conforme detalhamento metodológico apresentado na próxima seção.

Metodologia, escopo, justificativa

O escopo da presente análise compreende os dados estudantis do período de janeiro de 2011 a junho de 2025. As técnicas empregadas incluíram observação direta, análise documental, indagação e Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador (TAACs)¹. A seleção deste trabalho baseou-se em critérios de relevância, considerando que o ensino de graduação constitui atividade finalística da Ufersa e orienta os demais objetivos institucionais, e de criticidade, tendo em vista que a última auditoria com escopo semelhante foi realizada em 2018. A ausência de revisitação temática por período prolongado pode comprometer a efetividade do acompanhamento e a indução de melhorias na gestão da permanência estudantil.

A etapa inicial do trabalho consistiu na análise da existência e do grau de estruturação de uma política institucional voltada ao enfrentamento da evasão estudantil. Verificou-se, de forma preliminar, que a Ufersa adota ações pontuais — como o programa de assistência estudantil — que, embora não concebidas com esse propósito específico, contribuem indiretamente para a permanência discente. Contudo, não foi identificada a existência de uma política institucional formalizada e articulada, com diretrizes, metas e mecanismos específicos para a identificação, diagnóstico, prevenção e monitoramento da evasão.

Diante da inexistência de uma política estruturada, observou-se também a ausência de ações sistematizadas por parte da alta administração voltadas à prevenção e ao monitoramento da

¹ Detalhadas no Manual de Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna, disponível em: Técnicas de Auditoria Assistidas por Computador. Acesso em 10 jul. 2025.

evasão discente. Nesse contexto, a auditoria concentrou-se na elaboração de um diagnóstico técnico preliminar, com base em metodologia replicável, visando evidenciar fragilidades e fornecer insumos qualificados à gestão. O presente relatório, portanto, não se limita a subsidiar recomendações formais, mas pode, a critério da administração, servir como ponto de partida para reflexões institucionais e discussões estratégicas sobre o fenômeno da evasão estudantil, especialmente no que se refere à construção de políticas ou ao aprimoramento das ações existentes.

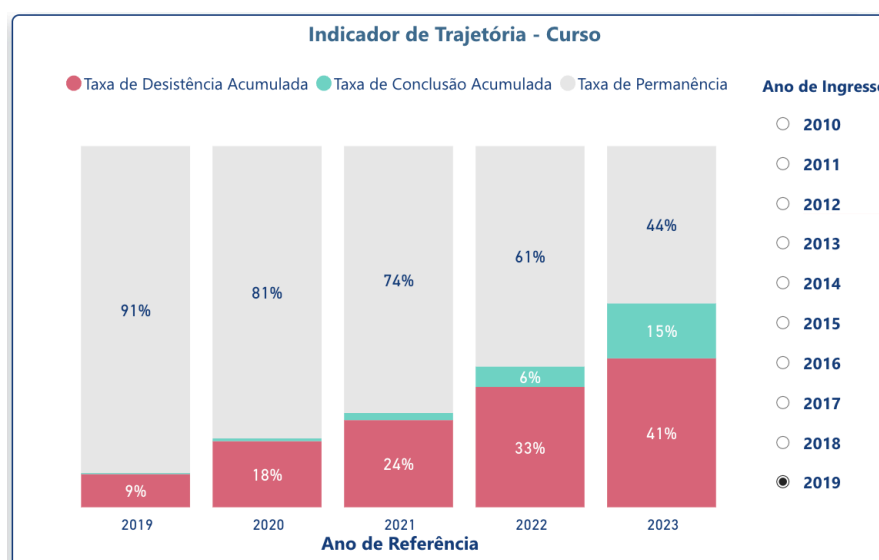
O trabalho desenvolveu-se em duas frentes complementares: uma de natureza institucional/pedagógica e outra centrada na perspectiva discente. A análise institucional/pedagógica abrangeu a avaliação de documentos institucionais, dados acadêmicos e entrevistas estruturadas com o Pró-Reitor de Graduação e com os coordenadores dos cursos com taxa de evasão acima de 50%. No eixo estudantil, foram examinados registros acadêmicos, especialmente referentes às avaliações das disciplinas e os dados presentes na tabela de resumo da trajetória dos alunos, bem como aplicado um survey, em setembro de 2024, com amostra representativa do corpo discente da instituição. O objetivo foi obter resultados com validade estatística para inferência institucional. Em razão de restrições orçamentárias e de pessoal, a aplicação do instrumento de pesquisa foi limitada ao campus sede, em Mossoró/RN. Os resultados obtidos em ambas as frentes fundamentam as análises apresentadas na subseção seguinte.

Visão Geral do Objeto - considerações iniciais sobre a evasão na Ufersa

Não há consenso na literatura quanto ao método mais adequado para o cálculo da evasão no ensino superior, pois a escolha metodológica depende do objetivo da análise (foco no curso, no estudante ou na instituição) e do respectivo contexto de aplicação. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por exemplo, adota a metodologia de *coorte*, que consiste no acompanhamento longitudinal de um grupo específico de estudantes desde o ingresso até a conclusão de um ciclo de estudos. Nesse modelo, considera-se evadido o estudante da coorte que não efetuar matrícula no ano letivo subsequente, seja na mesma ou em outra instituição. A principal vantagem desse método é a capacidade de distinguir a evasão definitiva de fenômenos como transferência ou trancamento temporário, fornecendo, assim, um indicador mais preciso do fluxo acadêmico.

Com o objetivo de ilustrar o comportamento acadêmico da coorte de ingressantes de 2019² nas universidades federais, o Gráfico 1 apresenta a evolução anual das taxas de desistência, conclusão e permanência ao longo do período analisado. Os dados permitem observar, de forma comparativa, a dinâmica do fluxo estudantil no ensino superior federal, com base no acompanhamento longitudinal dessa coorte.

Gráfico 01 - indicadores de trajetória das universidades públicas federais (2014-2023)



Fonte: [Painel estatístico](#) do censo do ensino superior

Conforme demonstrado no Gráfico 1, a trajetória da *coorte* de ingressantes em 2019 nas universidades federais evidencia um crescimento progressivo da evasão ao longo dos anos, iniciando com uma taxa de desistência de 18% ao final do primeiro ano. Ao término de 2023, cinco anos após o ingresso, a distribuição era a seguinte: 41% de desistência acumulada, 15% de conclusão e 44% de permanência. Assim, o número de estudantes que abandonaram o curso foi quase três vezes superior ao número de concluintes.

Ao aplicar o mesmo recorte para a Ufersa, por meio do painel estatístico do Censo da Educação Superior, observa-se uma tendência similar: para os alunos ingressantes em 2019, ao final de 2023, 42% haviam desistido, enquanto apenas 22% haviam concluído o curso. Esses dados evidenciam que a evasão supera, de forma relevante, os índices de conclusão, tanto no cenário nacional quanto no âmbito institucional.

A análise de *coortes* mais antigas, com base na metodologia do Inep, confirma a relevância e persistência do fenômeno da evasão. Considerando os ingressantes de 2015 nas universidades federais, os dados disponíveis até 2024 indicam que 55% dos estudantes desistiram de seus cursos ao longo de dez anos. No caso específico da Ufersa, o percentual é ainda mais elevado: 64% dos

² Isso significa que houve o acompanhamento anual da trajetória acadêmica desses mesmos alunos.

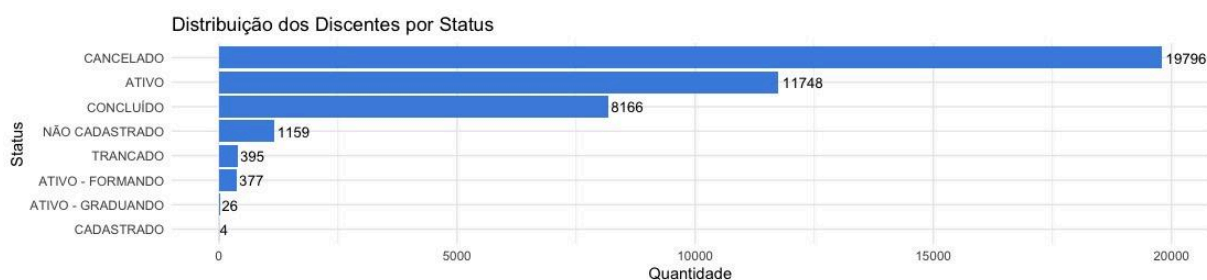
alunos da mesma coorte não concluíram a graduação. Tais indicadores refletem fragilidades institucionais na retenção e no engajamento discente, sugerindo a necessidade de aprimoramento das estratégias de permanência adotadas pelas instituições de ensino superior. A próxima seção abordará o fenômeno da evasão especificamente no caso da Ufersa.

O que os dados exprimem sobre a Ufersa?

As análises apresentadas foram fundamentadas em dados extraídos do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), fornecidos pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC). A base contempla registros acadêmicos de todos os estudantes vinculados à Ufersa desde 1967, totalizando mais de dois milhões de observações. Para fins deste diagnóstico, filtrou-se apenas os registros referentes a cursos de graduação de primeiro ciclo e foi adotado o recorte temporal de janeiro de 2011 a junho de 2025, período que corresponde à consolidação do SIGAA como sistema oficial de gestão acadêmica da instituição. As variáveis consideradas incluíram: ano de ingresso, período atual, status do vínculo acadêmico, forma de ingresso, curso, data de colação de grau, sexo, raça/cor, participação em ações afirmativas, dados de desempenho por disciplina (incluindo situação, nota, média, faltas e período), campus e turno. Essa estrutura de dados possibilitou a análise do fluxo de entrada e saída de estudantes, por curso e por ano, subsidiando a avaliação quantitativa da evasão estudantil no período considerado.

Uma visão geral dos números da universidade traz o seguinte resultado:

Gráfico 01 - Distribuição dos discentes de graduação de primeiro ciclo por status (2011-2025)



Fonte: elaboração própria.

O gráfico apresenta a distribuição dos discentes da Ufersa por status acadêmico, evidenciando uma desproporção significativa entre os diferentes grupos. O status "Cancelado" concentra o maior número de registros, totalizando 19.796 discentes, seguido pelos status "Ativo", com 11.748, e "Concluído", com 8.166. Os demais status apresentam valores reduzidos: "Não Cadastrado" (1.159), "Trancado" (395), "Ativo - Formando" (377), "Ativo - Graduando" (26) e "Cadastrado" (4). A diferença expressiva entre o número de discentes cancelados e os demais status é um dado que se destaca na distribuição apresentada.

Antes de apresentar as taxas globais de evasão, haverá o detalhamento da escolha da fórmula para o cálculo. A taxa de evasão foi definida pela fórmula (número de alunos com status “CANCELADO” / total de alunos vinculados no curso no respectivo ano) $\times$ 100, sendo considerados como vinculados os discentes com status "ATIVO", "ATIVO - FORMANDO", "ATIVO - GRADUANDO", "CONCLUÍDO" ou "CANCELADO". A escolha por essa fórmula simplificada se deu por critérios de clareza metodológica, facilidade de replicação e adequação à realidade administrativa das universidades federais.

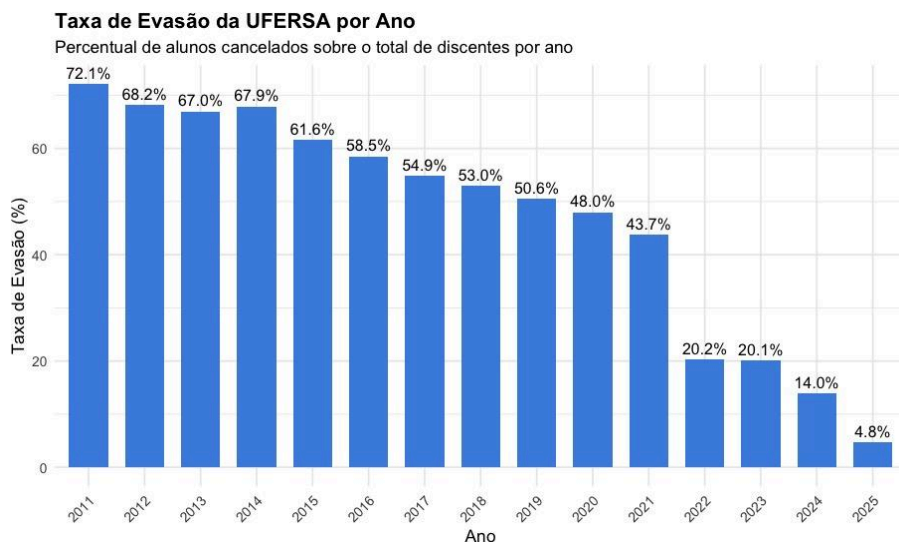
Conforme demonstrado por [Kaneóya e Moraes](#) (2019), metodologias alternativas, como a do INEP (Taxa de Desistência Acumulada – TDA), exigem o acompanhamento longitudinal dos ingressantes ao longo dos anos, incluindo variáveis como falecimentos, transferências e desistências, o que nem sempre é viável devido à fragmentação dos dados institucionais. Já o modelo do Instituto Lobo, que calcula a taxa de permanência com base em ingressantes, egressos e matrículas anuais, é sensível à oferta irregular de vagas, podendo inclusive gerar taxas negativas de evasão — distorção evidenciada na própria pesquisa citada. No mesmo sentido, a fórmula proposta pelo Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração das Instituições Federais de Ensino Superior (FORPLAD), embora relevante para fins estatísticos e de planejamento, limita-se a mensurar desvinculações ocorridas entre dois semestres consecutivos, o que pode subestimar a evasão real ao desconsiderar desligamentos acumulados ou registros incompletos de matrícula.

Cada fórmula tem um objetivo e traz uma perspectiva. No presente trabalho, a fórmula adotada apresenta-se como a alternativa metodológica mais precisa para análises institucionais, especialmente em auditorias, por possibilitar comparabilidade entre cursos e períodos sem depender de séries históricas completas nem de cadastros unificados de fluxo acadêmico.

O cálculo foi realizado ano a ano e por curso, com agregação ponderada para compor a média geral da universidade. Diferentemente da metodologia utilizada pelo INEP, não foram incluídos os alunos transferidos como casos de evasão, uma vez que não há no sistema acadêmico da UFERSA a identificação preenchida desse tipo de desligamento na variável “status do discente”. A ausência dessa informação limita a comparabilidade direta com indicadores nacionais, mas mantém a coerência interna dos dados disponíveis.

Levando em conta essas considerações, a primeira análise se voltou a entender a evasão média ano a ano, na instituição:

Gráfico 02 - Taxa de Evasão Média na Ufersa



Fonte: elaboração própria

O gráfico apresenta a Taxa de Evasão Média Anual da Ufersa entre os anos de 2011 e 2025, calculada com base nos dados consolidados dos cursos de graduação presencial da instituição. Embora o gráfico evidencie uma trajetória consistente de queda na taxa de evasão média anual dos cursos de graduação da Ufersa entre 2011 e 2025, os dados devem ser interpretados com cautela. De fato, até 2019 havia uma tendência de redução gradual da evasão, embora os índices ainda fossem elevados – a título de exemplo, a taxa em 2019 foi de 50,6%. No entanto, os anos subsequentes, especialmente entre 2020 e 2023, foram impactados pelos efeitos da pandemia de COVID-19, o que introduziu distorções relevantes nas métricas. A adoção emergencial do ensino remoto, por um lado, adiou decisões de desligamento por parte dos estudantes, uma vez que a permanência nas atividades acadêmicas tornou-se mais viável de forma remota. Por outro lado, a suspensão de mecanismos institucionais de desligamento por rendimento acadêmico insatisfatório (como o jubramento) contribuiu para a manutenção de matrículas ativas, mesmo sem efetiva participação acadêmica.

Ainda em 2025, embora as atividades presenciais tenham sido retomadas, a ausência de cancelamentos por jubramento persiste, o que permite que estudantes permaneçam oficialmente vinculados por longos períodos, sem necessariamente estarem em atividade. Isso resulta em um represamento artificial de vínculos e consequente subdimensionamento das taxas de evasão, o que compromete a comparabilidade com os anos anteriores à pandemia. Soma-se a esse contexto que o fenômeno da evasão leva alguns anos para ser consolidado. Então, o impacto dos alunos que ingressaram em 2021 e 2022 só será percebido daqui a alguns anos. Dessa forma, os dados pós-2020 devem ser lidos à luz dessas particularidades institucionais e conjunturais, não sendo

recomendável sua comparação direta com períodos anteriores sem as devidas ressalvas metodológicas.

Além das distorções provocadas pela pandemia e pela suspensão dos mecanismos formais de desligamento acadêmico, outros fatores institucionais contribuem para comprometer a fidedignidade dos diagnósticos sobre evasão na Ufersa. Um desses fatores é a prática informal conhecida como “limpa-curriculo”, caracterizada pelo reingresso do estudante no mesmo curso, via ENEM, com o objetivo de melhorar os índices acadêmicos e evitar prejuízos decorrentes do histórico anterior, como excesso de reprovações ou baixo rendimento. Nesses casos, o estudante busca aproveitar componentes curriculares já cursados, mas inicia um novo vínculo formal com a universidade, esvaziando a rastreabilidade estatística da trajetória original. Do ponto de vista sistêmico, a prática gera uma subnotificação da evasão real, pois o vínculo anterior é encerrado como “cancelado”, sem ser formalmente assinalado que, na verdade, houve um reingresso no mesmo curso. Associada à ausência de políticas de jubramento — que permite a manutenção de vínculos inativos por tempo indeterminado — essa prática contribui para um apagamento institucional de dados críticos sobre o fluxo estudantil, podendo levar à subestimação da evasão efetiva e à formulação de políticas de permanência baseadas em indicadores imprecisos.

Um outro impacto da ausência de jubramento é visível na análise do número de aluno ativos:

Tabela 01 - Número de alunos ativos por ano

Ano de Ingresso	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Alunos Ativos	13	24	40	98	175	221	412	666	784	1109	1470	1728	2606	1798	1402

Fonte: elaboração própria

A ausência de um mecanismo de desligamento acadêmico por tempo excessivo de permanência — como o jubramento — permite que 350 estudantes permaneçam com vínculo ativo na Ufersa há mais de 10 anos. Além disso, os quantitativos referentes aos ingressantes de 2017, 2018 e 2019 também se mostram elevados. Considerando que a duração média dos cursos de graduação é de aproximadamente quatro anos, observa-se um número expressivo de discentes fora do tempo regular de conclusão, sem que tenham sido aplicadas medidas institucionais para apoio pedagógico a esses vínculos.

Avançando para a análise dos cancelamentos por curso, os dados revelam uma heterogeneidade. A métrica principal, *taxa_evasao*³, é calculada de forma ponderada,

³ Aqui “evasão” é utilizada no sentido literal, como a saída do estudante antes da finalização do curso.

representando a porcentagem real de alunos que abandonaram cada curso. Para isso, o cálculo utiliza o *total_alunos* — que é o universo completo de estudantes que já ingressaram no curso — e o *total_cancelados*, que é a parcela desse universo que teve seu vínculo final como "CANCELADO". A tabela 2 traz os dados referentes aos cursos com os maiores cancelamentos na Ufersa:

Tabela 02 - Cursos de maior evasão na Ufersa (considerando o fluxo de entrada e saída de alunos)

Curso		Campus	Total de alunos	Total de cancelados	Evasão
ENGENHARIA DE PESCA		MOSSORÓ	628	415	66.08%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		PAU DOS FERROS	722	476	65.93%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.		CARAÚBAS	1363	863	63.32%
ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL		MOSSORÓ	658	400	60.79%
COMPUTAÇÃO INFORMÁTICA		ANGICOS	555	335	60.36%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		CARAÚBAS	2329	1401	60.15%
ENGENHARIA FLORESTAL		MOSSORÓ	726	420	57.85%
ECOLOGIA		MOSSORÓ	710	409	57.61%
ZOOTECNIA		MOSSORÓ	735	421	57.28%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.		MOSSORÓ	2760	1498	54.28%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA		ANGICOS	2316	1230	53.11%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.		ANGICOS	1383	734	53.07%
BIOTECNOLOGIA		MOSSORÓ	768	391	50.91%
LETRAS/INGLÊS		CARAÚBAS	512	256	50%
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO		MOSSORÓ	850	419	49.29%
INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO		MOSSORÓ	695	337	48.49%
ADMINISTRAÇÃO		MOSSORÓ	1611	772	47.92%
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA.		PAU DOS FERROS	1943	927	47.71%
MATEMÁTICA		MOSSORÓ	1405	670	47.69%
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		ANGICOS	738	345	46.75%

INTERDISCIPLINAR TECNOLOGIA INFORMAÇÃO	EM DA	PAU DOS FERROS	1535	705	45.93%
INTERDISCIPLINAR CIÊNCIA E TECNOLOGIA	EM	MOSSORÓ	5627	2553	45.37%
AGRONOMIA		MOSSORÓ	1803	797	44.2%
COMPUTAÇÃO		MOSSORÓ	1534	668	43.55%
FÍSICA		MOSSORÓ	363	154	42.42%
CIÊNCIAS CONTÁBEIS		MOSSORÓ	1345	555	41.26%
QUÍMICA		MOSSORÓ	374	151	40.37%
ENGENHARIA DE PETRÓLEO		MOSSORÓ	387	140	36.18%
LETRAS / LIBRAS		CARAÚBAS	425	145	34.12%
MEDICINA VETERINÁRIA		MOSSORÓ	844	247	29.27%
LETRAS/PORTUGUÊS		CARAÚBAS	644	188	29.19%
ARQUITETURA URBANISMO	E	PAU DOS FERROS	804	225	27.99%
DIREITO		MOSSORÓ	1379	340	24.66%
PEDAGOGIA		ANGICOS	451	97	21.51%
FÍSICA		CARAÚBAS	33	7	21.21%
ENGENHARIA DE ENERGIA		MOSSORÓ	94	16	17.02%
ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA		PAU DOS FERROS	106	18	16.98%
MEDICINA		MOSSORÓ	455	68	14.95%

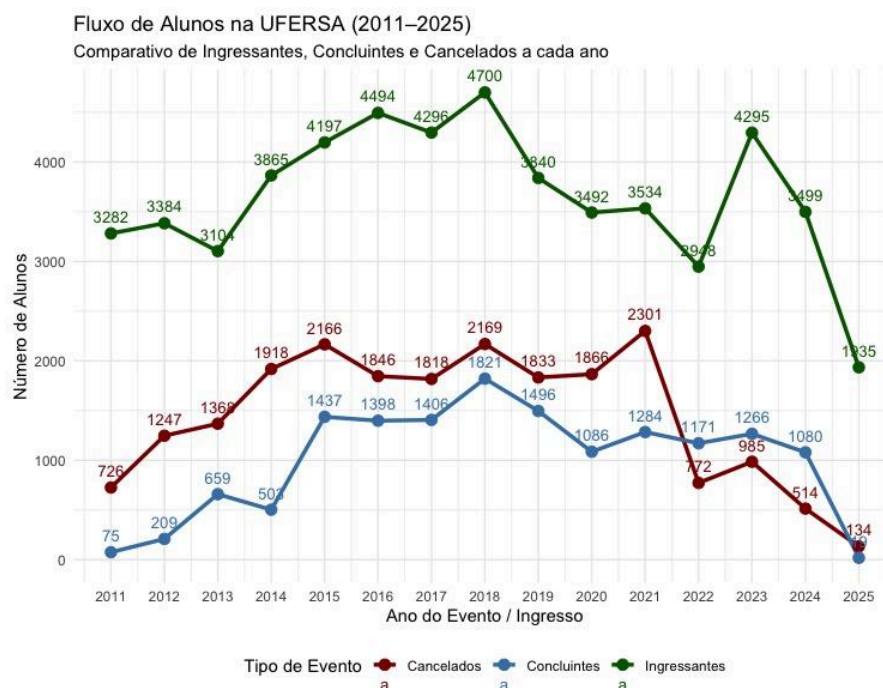
Fonte: elaboração própria

A Tabela 1 apresenta os cursos com os maiores índices de evasão na Ufersa, considerando o período de 2011 a junho de 2025. Observa-se que os percentuais mais elevados concentram-se, majoritariamente, nos cursos da área de ciências exatas e naturais e nas engenharias de primeiro ciclo, bem como nos cursos interdisciplinares ofertados nos campi do interior. Destacam-se, com taxas superiores a 60%, os cursos de Engenharia de Pesca (66,08%), Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Pau dos Ferros (65,93%) e Caraúbas (63,32%), Engenharia Agrícola e Ambiental (60,79%), Computação e Informática – Angicos (60,36%) e Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia – Caraúbas (60,15%). Esses indicadores evidenciam uma concentração significativa de evasão em determinados cursos e localidades, o que sugere a necessidade de investigações específicas sobre os fatores associados a essas desistências. Em contrapartida, cursos como Medicina (14,95%), Engenharia Ambiental e Sanitária (16,98%),

Física (21,21%) e Direito (24,66%) apresentam percentuais baixos de evasão, o que reforça a heterogeneidade do fenômeno e a importância de abordagens diferenciadas conforme o perfil do curso, campus e público-alvo.

Ao olhar especificamente para a trajetória dos fluxos de entradas, conclusões e cancelamentos, chega-se ao seguinte panorama:

Gráfico 03 - Fluxo de entrada, conclusões e cancelamentos da Ufersa (2011-2015)



Fonte: elaboração própria

Com base na leitura do gráfico, que compara os quantitativos anuais de ingressantes, concluintes e cancelamentos de vínculo, observa-se um comportamento assimétrico entre os três fluxos. O número de ingressantes apresentou crescimento consistente entre 2013 e 2018, atingindo seu pico em 2018 (4.700 alunos), seguido de uma trajetória de queda contínua, especialmente acentuada a partir de 2022 (o ano de menor número de ingressantes de toda a análise), com redução expressiva em 2024 (que se justifica por não ter tido um semestre de entrada no final do ano). Paralelamente, o volume de cancelamentos cresce de forma constante, mantendo-se em patamares elevados, com destaque para o pico em 2021 (2.301 cancelamentos), o que revela um agravamento da evasão discente nesse período pós-pandemia.

Por sua vez, o número de concluintes permaneceu inferior ao de cancelamentos em todos os anos, com leve estabilidade entre 2015 e 2019 e posterior redução a partir de 2018. A distância entre os cancelamentos e as conclusões é particularmente significativa, evidenciando que, mesmo nos anos com maior ingresso, a instituição não conseguiu converter esse volume em conclusões proporcionais nos anos seguintes. Os dados de 2024 e 2025, ainda que parciais, já indicam forte

queda nos três indicadores, o que pode refletir tanto a redução da entrada de novos estudantes quanto o esgotamento de vínculos ativos em decorrência da evasão acumulada nos anos anteriores. Esses padrões reforçam a necessidade de políticas institucionais voltadas ao fortalecimento da permanência e à mitigação da evasão.

Os dados de entrada e saída de estudantes oferecem uma visão abrangente do fluxo acadêmico na Ufersa e evidenciam uma desproporção persistente entre o número de ingressantes e o número de concluintes. Tal discrepância indica fragilidades na capacidade institucional de reter e conduzir os estudantes à conclusão dos cursos, o que compromete a efetividade da política educacional. A não conclusão do ciclo formativo representa, nesse contexto, um insucesso na realização da função social da universidade, cuja missão precípua é a formação de profissionais qualificados. Contudo, é importante destacar que essa métrica, embora relevante, não pode ser considerada isoladamente como critério de avaliação da qualidade da gestão universitária. Conforme registrado pelo Tribunal de Contas da União, no Processo nº 009.177/2022-1, “formar estudantes e produzir ciência são objetivos institucionais de qualquer universidade federal, conforme consignado no art. 52 da LDB. Por sua vez, a gestão de custos e o acompanhamento de egressos relacionam-se, respectivamente, às dimensões de eficiência e de efetividade de gestão”. Dessa forma, a análise da evasão deve ser integrada a uma perspectiva mais ampla de avaliação institucional, que contemple também os aspectos de economicidade, impacto social e capacidade de inovação acadêmica.

Superada a análise dos dados agregados, passa-se agora à avaliação mais detalhada do perfil dos estudantes evadidos, com o objetivo de identificar padrões associados à evasão e subsidiar o entendimento de suas causas estruturais.

O perfil dos evadidos

No recorte por sexo, observa-se a distribuição da evasão entre estudantes do sexo masculino e feminino, permitindo identificar eventuais assimetrias no comportamento do desligamento acadêmico entre os grupos analisados:

Tabela 03 - evasão por sexo

Sexo	Total alunos	Total de cancelamentos	Taxa de Evasão
Masculino	25.324	12.692	50%
Feminino	16.321	7.094	43%
Não respondeu	26	10	38.5%

Fonte: elaboração própria

A análise por sexo revela uma ligeira predominância da evasão entre estudantes do sexo masculino, que respondem por aproximadamente 50% dos cancelamentos de vínculo registrados. As estudantes do sexo feminino também apresentam participação expressiva no total de evasões, representando cerca de 43%. A diferença percentual, embora modesta, sugere a necessidade de aprofundamento em fatores associados ao desligamento em ambos os grupos, considerando variáveis como curso, forma de ingresso, turno e perfil socioeconômico.

O perfil de raça se expressa da seguinte forma:

Tabela 04 - evasão por raça

Raça	Total de Alunos	Total de cancelados	Taxa de evasão
Amarelo	573	329	57.4%
Branco	11295	5587	49.5%
Negro	2919	1397	48%
Pardo	15283	7178	47.0%
Índigena	62	25	40.3%
Nulo	5123	747	14.6%
Não informado	6030	4330	71.8%
Não quero declarar	303	158	52.2%

Fonte: elaboração própria

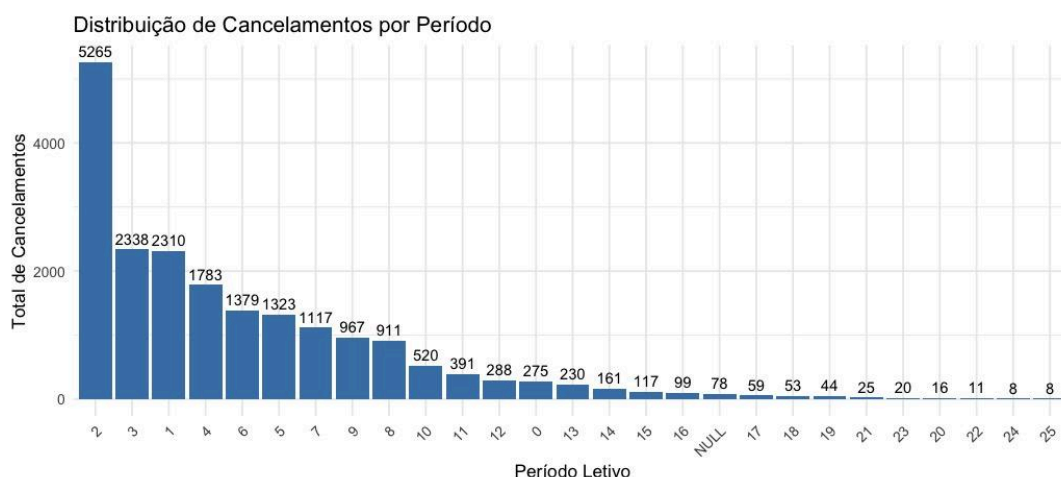
Apesar da elevada quantidade de registros sem identificação racial — sendo 6.030 classificados como “não informados” e 5.123 como “nulos” —, os dados disponíveis permitem identificar alguns padrões. Entre os estudantes com informação preenchida, as maiores taxas de evasão concentram-se entre os que se autodeclararam amarelos (57,4%), seguidos por brancos (49,5%), negros (48%) e pardos (47%).

Embora as variações percentuais sejam relativamente próximas, a tendência observada aponta para diferenças que podem ser explicadas a fatores socioeconômicos, culturais ou institucionais, os quais demandam investigação complementar. Ressalta-se que a expressiva ausência de preenchimento da variável raça/cor compromete análises mais profundas e limita o planejamento de políticas institucionais com recorte étnico-racial. Recomenda-se, portanto, maior atenção no registro dessas informações nos próximos ingressos, de modo a qualificar o monitoramento e possibilitar ações de permanência mais direcionadas.

Na sequência, a análise concentra-se na identificação dos períodos letivos em que ocorrem, com maior frequência, os cancelamentos de matrícula, com o objetivo de mapear os

momentos mais críticos da trajetória acadêmica e fornecer subsídios à gestão para o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes.

Gráfico 04 - Distribuição dos cancelamentos por período



Fonte: elaboração própria

Com base na leitura do gráfico, observa-se que os cancelamentos concentram-se significativamente nos primeiros semestres do curso. O 2º período letivo apresenta o maior número absoluto de cancelamentos (5.265), seguido do 3º (2.338) e 1º (2.310) períodos. A partir do 4º período, há uma tendência de queda gradual e contínua, com números significativamente menores nos semestres mais avançados. Por exemplo, no 10º período há 520 cancelamentos, número quase dez vezes inferior ao do 2º período. Essa distribuição sugere que a evasão está potencialmente concentrada nos estágios iniciais da trajetória acadêmica, indicando fragilidades no processo de adaptação, acolhimento e integração dos estudantes recém-ingressos. Tal padrão reforça a importância de políticas institucionais voltadas à permanência nos dois primeiros anos do curso, momento em que a maioria dos desligamentos ocorre. Além disso, observa-se a existência de registros com valores nulos (NULL), além de semestres inexistentes (como 23, 23, 25 etc) o que pode indicar inconsistências no preenchimento dos dados ou limitações no sistema acadêmico, recomendando-se o aprimoramento da qualidade dos registros para fins de monitoramento contínuo.

Dando continuidade à caracterização do perfil dos estudantes evadidos, a próxima análise compara os índices de evasão entre alunos cotistas e não cotistas:

Tabela 05 - Taxa de evasão por forma de ingresso

Forma de Ingresso	Taxa de cancelamento
Cotista	45,7%
Não Cotista	48,6%

Fonte: elaboração própria

Os dados indicam que estudantes ingressantes por meio de ações afirmativas apresentaram uma taxa de evasão ligeiramente inferior à daqueles que ingressaram por ampla concorrência. A evasão entre os cotistas foi de 45,7%, enquanto entre os não cotistas o índice foi de 48,6%. Embora a diferença seja discreta, o resultado aponta para um desempenho ligeiramente mais favorável dos estudantes cotistas no tocante à permanência, o que pode estar relacionado à atuação dos programas de assistência estudantil.

Concluída a apresentação do diagnóstico baseado na análise de dados acadêmicos, passa-se agora à exposição dos resultados do survey aplicado junto aos estudantes, o qual buscou captar percepções sobre aspectos relacionados ao suporte acadêmico, à infraestrutura institucional e ao apoio pedagógico. A opinião discente, enquanto usuários diretos dos serviços universitários, constitui um insumo relevante para complementar a avaliação técnica, conferindo profundidade à compreensão preliminar das causas da evasão.

Como os estudantes se posicionam sobre a instituição?

Com base nos dados disponíveis na plataforma [Ufersa em Números](#), foi elaborada uma tabela com a quantidade de estudantes por curso no campus de Mossoró, a partir da qual se definiu uma amostra estratificada proporcional por curso. A coleta de dados foi realizada presencialmente, ao longo de quatro semanas no mês de setembro de 2024, por pesquisadores vinculados ao projeto *Auditoria na Prática*⁴, que aplicaram os questionários em diferentes blocos e espaços de convivência da instituição.

O survey gerou informações sobre a percepção discente quanto à infraestrutura, ao suporte acadêmico e ao apoio pedagógico, refletindo a realidade específica dos estudantes do campus de Mossoró naquele momento. Reconhece-se que a aplicação da pesquisa nos demais campi poderia apresentar resultados distintos, dadas as particularidades locais. Contudo, limitações orçamentárias e de pessoal restringiram sua execução ao campus sede. Ressalta-se, por fim, que a metodologia adotada é plenamente replicável, podendo ser incorporada pela gestão como instrumento periódico de avaliação da satisfação estudantil.

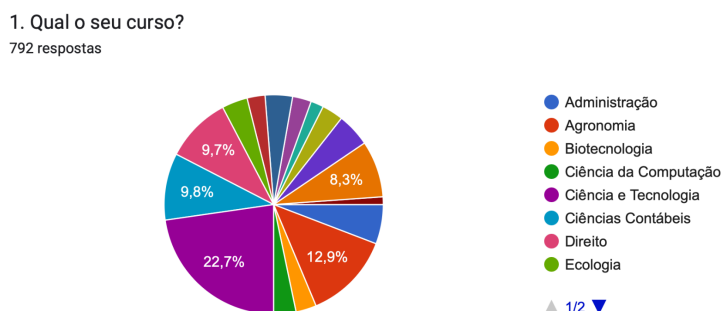
Os resultados do survey são estatisticamente generalizáveis, representando a população discente da Ufersa no período analisado. A amostra foi inicialmente planejada para garantir uma margem de erro de até 3%, com nível de confiança de 95%, tomando como base o total de estudantes regularmente matriculados. Em razão de limitações logísticas durante a execução, foram coletadas 792 respostas válidas, resultando em uma margem de erro recalculada de aproximadamente 3,5%, ainda compatível com os padrões de confiabilidade geralmente aceitos

⁴ Agradecimento a Alberto, Alberth, Ana Beatriz, Ana Clara, Sidney e Vitória, que possibilitaram a execução do survey, fundamental para os resultados do trabalho.

em pesquisas institucionais. A amostragem estratificada por curso foi mantida, assegurando a representatividade dos diferentes perfis acadêmicos existentes na universidade.

O perfil dos respondentes, quanto à vinculação acadêmica, apresentou a seguinte distribuição por curso, permitindo a caracterização da amostra e contribuindo para a análise da percepção discente a partir das diferentes realidades formativas existentes na universidade.

Figura 01 - Cursos dos alunos

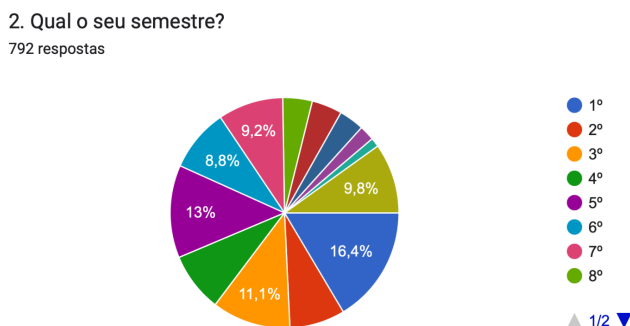


Fonte: extraído do google forms.

Os respondentes foram distribuídos de forma proporcional à quantidade de alunos em cada curso, conforme previsto no delineamento amostral. Naturalmente, a maior participação concentrou-se nos cursos com maior número de matriculados, com destaque para o curso de Ciência e Tecnologia (C&T), que representou 22,7% do total de respostas. Essa distribuição reforça a aderência da amostragem à estrutura real da população discente da universidade. Destaca-se a considerável participação dos alunos dos cursos de Ciências Contábeis e Direito. Tal fenômeno é justificado, em primeiro lugar, pelo fato de o projeto de pesquisa ter sido conduzido por estudantes de Ciências Contábeis, o que facilitou o acesso aos seus colegas de curso. Em segundo lugar, no curso de Direito, a aplicação dos questionários foi realizada por professores em sala de aula, o que também incentivou a colaboração.

A distribuição dos respondentes por semestre foi heterogênea, contemplando diferentes estágios da trajetória acadêmica:

Figura 02 - Semestre dos alunos

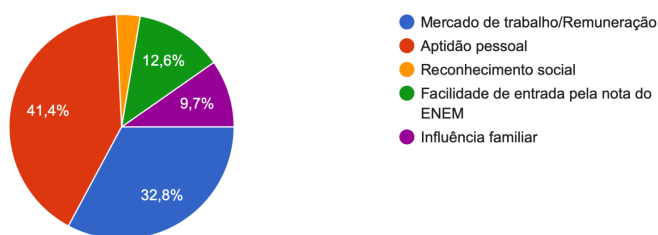


Fonte: extraído do google forms.

A pesquisa contou com respostas de estudantes de todos os períodos possíveis, abrangendo desde ingressantes até concluintes. No que se refere aos fatores que motivaram a escolha pelo curso, a próxima pergunta apresenta as principais razões apontadas pelos respondentes, permitindo compreender as expectativas iniciais dos discentes:

Figura 03 - Motivo para escolha do curso

3. O que lhe atraiu primeiramente para o curso escolhido?
792 respostas

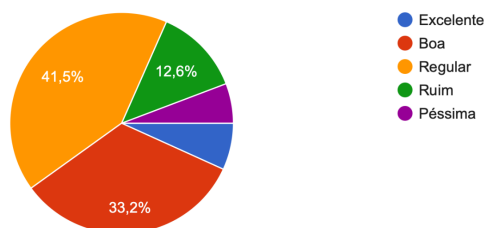


Fonte: extraído do google forms.

Quanto aos fatores que motivaram a escolha pelo curso, a maioria dos respondentes (41,4%, equivalente a 328 alunos) indicou a aptidão pessoal como principal razão. Em seguida, 32,8% (260 alunos) mencionaram o mercado de trabalho e a remuneração como fatores determinantes. Outras motivações citadas incluíram a facilidade de ingresso pela nota do ENEM (12,6%, 100 alunos), a influência familiar (9,7%, 77 alunos) e o reconhecimento social da carreira (3,4%, 27 alunos). Na sequência, a pesquisa abordou aspectos relacionados à avaliação institucional, começando pela percepção sobre a comunicação institucional. Os estudantes relataram que:

Figura 04 - Avaliação da comunicação institucional

4. Como você avalia a comunicação institucional? ex: divulgação de editais de bolsas, monitoria, extensão, congressos etc.
792 respostas



Fonte: extraído do google forms.

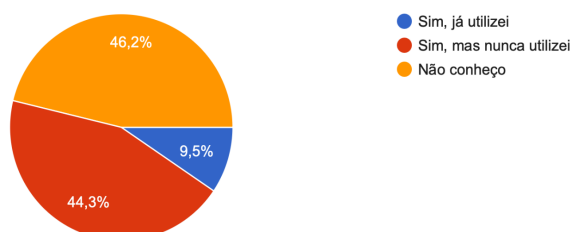
Em relação à comunicação institucional, a maioria dos estudantes (59,9%) a considera inadequada, sendo que 41,5% (329 alunos) a classificaram como regular, 12,6% (100 alunos) como ruim e 5,8% (46 alunos) como péssima. Por outro lado, 33,2% dos respondentes a avaliaram como boa, enquanto 6,8% a consideraram excelente. Na sequência, a pesquisa abordou

a percepção discente sobre os serviços de apoio pedagógico, cujo alcance e efetividade foram avaliados conforme descrito a seguir.

Figura 05 - Conhecimento dos serviços de apoio

5. Você conhece os serviços de apoio psicopedagógico oferecidos pela universidade?

792 respostas



Fonte: extraído do google forms.

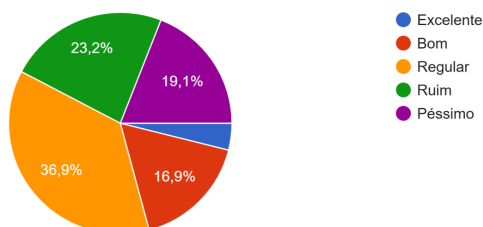
Em relação ao conhecimento sobre os serviços de apoio pedagógico, a maioria dos estudantes (53,8%) declarou conhecê-los, sendo que 44,3% (351 alunos) nunca os utilizaram e apenas 9,5% (75 alunos) afirmaram já tê-los acessado. Por outro lado, um percentual expressivo de 46,2% (366 alunos) não conhece as possibilidades de acompanhamento pedagógico oferecidas pela instituição. Esses resultados revelam uma baixa efetividade na divulgação e na indução ao uso desses serviços, o que pode comprometer o alcance das ações voltadas à permanência discente e ao suporte acadêmico institucional.

A seguir, apresenta-se a avaliação dos estudantes quanto à qualidade do suporte pedagógico oferecido pela instituição, com base em situações de orientação, instrução acadêmica, trancamento de disciplinas e demais interações relacionadas ao acompanhamento discente.

Figura 06 - Avaliação dos serviços de apoio

6. Como você avalia o suporte oferecido pela instituição em relação ao acompanhamento pedagógico? ex: quando trancou uma disciplina ou ...um tipo de orientação, instrução, comunicado etc.

792 respostas



Fonte: extraído do google forms.

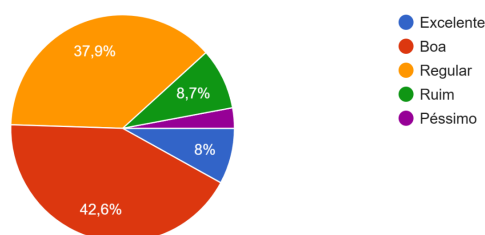
Conforme ilustrado na Figura 06, 79,2% dos estudantes (627 respondentes) classificaram o apoio pedagógico como inadequado, sendo 36,9% com avaliação regular, 23,2% como ruim e 19,1% como péssimo. Por outro lado, apenas 16,9% consideraram o serviço bom e 4% o classificaram como excelente. Esses dados reforçam a percepção de fragilidade na prestação do

acompanhamento pedagógico, indicando a necessidade de reestruturação das estratégias de atendimento, comunicação e acolhimento acadêmico.

A percepção dos estudantes quanto à adequação das disciplinas ao mercado de trabalho apresentou resultados divididos, evidenciando visões contrastantes sobre a utilidade prática dos conteúdos curriculares e sua articulação com as exigências profissionais contemporâneas. A seguir, apresenta-se a distribuição das respostas obtidas.

Figura 07 - Avaliação da aplicabilidade das matérias

7. Como você avalia a aplicação das matérias que pagou em relação ao mercado de trabalho?
792 respostas



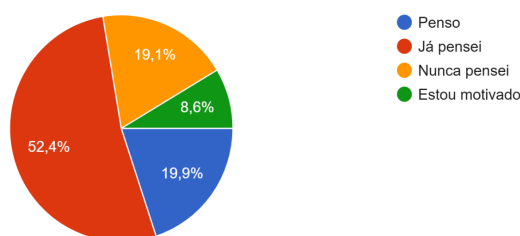
Fonte: extraído do google forms.

Os resultados revelam um equilíbrio na percepção discente quanto à adequação das disciplinas ao mercado de trabalho: 50,6% dos estudantes avaliaram de forma positiva (soma das opções *boa* e *excelente*), enquanto 49,5% expressaram avaliações negativas ou neutras (incluindo as opções *regular*, *ruim* e *péssimo*). Esses dados indicam uma divisão quase igual entre os estudantes quanto à percepção da aplicabilidade dos conteúdos em contextos profissionais.

Na sequência, a pesquisa abordou aspectos relacionados ao nível de engajamento dos estudantes com a vida acadêmica e institucional.

Figura 08 - Motivação dos alunos

8. Se sentiu desmotivado, teve vontade de desistir ou pensar em evadir?
792 respostas



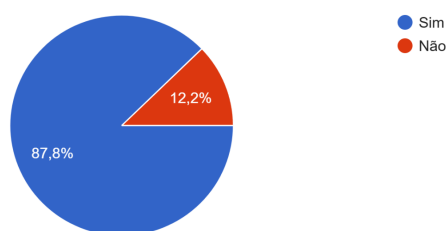
Fonte: extraído do google forms.

Os dados revelam um cenário de desmotivação significativa entre os estudantes. A maioria (52,4%) declarou já ter considerado a possibilidade de evasão. Esse grupo é seguido por 19,1% que ainda pensam em desistir de seus cursos. Apenas 27,7% dos respondentes

demonstram maior estabilidade: 19,1% afirmaram nunca ter cogitado evadir-se, e 8,6% se consideram efetivamente motivados. Embora o quadro revele um prognóstico predominantemente negativo, os dados indicam que os estudantes acreditam na possibilidade de reversão desse cenário, caso sejam implementadas melhorias institucionais capazes de impactar positivamente sua experiência acadêmica:

Figura 09 - Impacto das mudanças institucionais

9. Você acredita que mudanças na estrutura ou nos serviços da instituição podem evitar o seu abandono do curso?
792 respostas

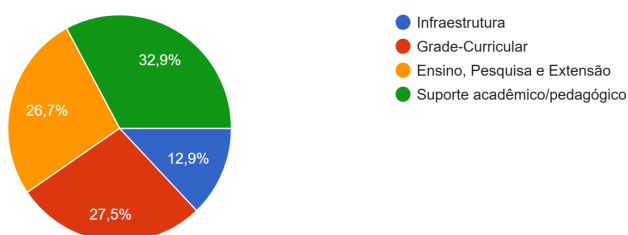


Fonte: extraído do google forms.

Entre os estudantes, 87,8% acreditam que mudanças na estrutura ou nos serviços institucionais poderiam evitar a evasão, o que evidencia que, embora fatores pessoais também influenciem a permanência, o suporte oferecido pela universidade é percebido como um elemento central para a continuidade nos estudos. A seguir, são apresentados os aspectos que os próprios discentes indicaram como prioritários para melhoria.

Figura 10 - Foco de mudanças institucionais

10. Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, em que?
697 respostas



Fonte: extraído do google forms.

Neste quesito, as respostas apresentaram uma distribuição relativamente homogênea. A maior parte dos estudantes (32,9%) apontou que melhorias no suporte acadêmico e pedagógico teriam maior potencial de impactar positivamente sua permanência. Em seguida, 27,5% destacaram a necessidade de ajustes na grade curricular como fator relevante para a conclusão do curso. Outros 26,7% indicaram que mudanças nas atividades de ensino, pesquisa e extensão

também contribuiriam para sua continuidade, enquanto 12,9% atribuíram maior importância à melhoria da infraestrutura física e institucional. Esses resultados reforçam a percepção de que a evasão está associada a múltiplas dimensões da experiência acadêmica, exigindo abordagens integradas por parte da gestão.

A última pergunta do formulário, de natureza aberta, convidava os estudantes a responderem: “*Caso queira, deixe um comentário de como a universidade poderia ser melhorada*”. As respostas obtidas, apresentadas a seguir, oferecem uma perspectiva qualitativa e espontânea das percepções discentes, complementando os dados estruturados do questionário com sugestões, críticas e observações livres sobre aspectos institucionais passíveis de aprimoramento.

Figura 11 - Nuvem de palavras



Fonte: elaboração própria.

A imagem representa uma nuvem de palavras simples, extraída das respostas textuais abertas fornecidas pelos discentes. Os principais termos em destaque são: "Professores", "alunos", "universidade", "aulas", "infraestrutura", "disciplinas", "trabalho", "bolsas". Também surgem com menor frequência: "monITORIA", "laboratórios", "ensino", "mercado", "apoio", "metodologia", "acesso", "falta", "melhoria", "permanência", "extensão".

A recorrência das palavras "professores" e "alunos" indica que o foco das manifestações está relacionado diretamente ao processo ensino-aprendizagem e às relações entre corpo docente e discente. A menção a "infraestrutura", "laboratórios" e "salas" sugere preocupações com as condições físicas da universidade. Já "bolsas", "apoio", "auxílios" e "permanência" apontam para a relevância das políticas de assistência estudantil. Esse tipo de frequência sinaliza que as dimensões mais citadas se referem a estrutura física, qualidade do ensino e apoio institucional ao discente.

Uma outra forma de visualização dos dados é através da combinação de palavras mais recorrente:

[illegible]

A segunda imagem apresenta bigramas, ou seja, pares de palavras mais frequentes, o que permite captar relações mais específicas e estruturadas entre os termos, avançando na compreensão do contexto. Os bigramas em destaque são: "alguns professores", "aulas práticas", "lado oeste", "apoio financeiro", "grade curricular", "bolsa acadêmica", "vila acadêmica", "problemas pessoais", "carga horária".

Em síntese, os resultados do survey evidenciam o cenário desafiador no que se refere à permanência estudantil no campus Mossoró da Ufersa. Embora a maioria dos(as) discentes manifeste intenção de concluir o curso, os dados revelam altos índices de desmotivação, desconhecimento dos serviços institucionais de apoio e avaliação insatisfatória quanto à comunicação e ao suporte pedagógico. A percepção de que mudanças institucionais podem prevenir a evasão, especialmente nos campos da grade curricular, apoio acadêmico e integração

entre ensino, pesquisa e extensão, reforça o potencial das ações administrativas para reverter o quadro identificado.

A despeito das limitações orçamentárias que restringiram a abrangência da pesquisa ao campus Mossoró, a representatividade da amostra e a consistência metodológica conferem legitimidade aos achados, que podem e devem subsidiar ações corretivas e preventivas por parte da gestão universitária. Trata-se, portanto, de um retrato qualificado da experiência discente que, se tomado como referência periódica, pode fortalecer uma cultura institucional de escuta, melhoria contínua e enfrentamento estruturado da evasão no ensino superior.

As entrevistas realizadas com coordenadores de curso revelaram discursos convergentes quanto às causas e desafios relacionados à evasão. Apesar das especificidades de cada unidade acadêmica, observou-se um padrão de percepções recorrentes, conforme será exposto a seguir.

O que dizem os coordenadores?

Nos dias 23 e 24 de julho de 2025, foram realizados os primeiros encontros com as coordenações dos cursos com maiores índices de evasão, conforme apontado na análise quantitativa. O objetivo das reuniões foi promover o diálogo institucional, apresentar os resultados parciais da auditoria e ouvir percepções dos gestores acadêmicos diretamente envolvidos na condução dos cursos. No dia 23 de julho, participaram representantes dos seguintes cursos: Ciência e Tecnologia (noturno) – Pau dos Ferros, Ciência e Tecnologia (integral) – Caraúbas, bem como a vice-diretora do campus de Pau dos Ferros. Apesar de convidados, não compareceram os representantes dos cursos de Engenharia de Pesca – Mossoró, Engenharia Agrícola e Ambiental – Mossoró, Computação – Angicos e Licenciatura em Computação e Informática – Angicos. Na segunda reunião, realizada em 24 de julho, estiveram presentes os coordenadores dos cursos de Zootecnia, Biotecnologia, Ciência e Tecnologia (noturno) – Mossoró e Ciência e Tecnologia – Angicos. A coordenação de Engenharia Florestal – Mossoró participou brevemente, ingressando nos momentos finais da reunião. O curso de Ecologia, embora convidado, não compareceu.

As reuniões realizadas com os coordenadores dos cursos com maiores índices de evasão reforçaram as evidências já identificadas por meio da análise documental, da base de dados acadêmicos e do survey aplicado aos estudantes. Nos cursos de Ciência e Tecnologia, os principais fatores apontados como associados à evasão foram: a) a vulnerabilidade socioeconômica dos estudantes, que enfrentam dificuldades para cumprir a carga horária dos cursos integrais devido à necessidade de trabalhar; b) a ausência de ações de nivelamento, em especial em matemática básica, o que compromete o desempenho acadêmico já nos períodos iniciais; c) a falta de identificação com o curso, frequentemente escolhido por conveniência no

processo seletivo; e d) a rigidez curricular, que dificulta a retomada do percurso formativo em razão da lógica de pré-requisitos e da estrutura trancada das matrizes curriculares.

No caso dos cursos de Zootecnia e Biotecnologia, além da condição socioeconômica, destacou-se o desconhecimento prévio, por parte dos ingressantes, quanto às possibilidades profissionais das áreas escolhidas. Segundo os docentes, muitos estudantes demonstram pressa em concluir o curso, pouca disposição para o processo de formação e não encontram, na universidade, um ambiente acolhedor. Todos os representantes ouvidos apontaram, de forma recorrente, a carência de apoio pedagógico estruturado, especialmente nos primeiros semestres da graduação.

Ainda assim, foram identificadas boas práticas em implementação, como a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs), com o objetivo de permitir que os alunos de cursos integrais possam cursar todas as disciplinas em um único turno, possibilitando a conciliação com o trabalho nos turnos restantes. Com base nessas contribuições e nas demais evidências levantadas ao longo da auditoria, passa-se, na próxima seção, à apresentação dos achados formais relacionados à evasão estudantil na Ufersa.

RESULTADOS DOS EXAMES

1. Achado 1: Ausência de estratégia institucional formalizada para combater a evasão

Contextualização: No escopo dos trabalhos de auditoria interna realizados pela Unidade de Auditoria Interna da Ufersa, nos períodos de janeiro a setembro de 2024 e abril a julho de 2025, foi realizada avaliação dos mecanismos institucionais voltados à prevenção e ao combate à evasão estudantil nos cursos de graduação presenciais e de primeiro ciclo. A auditoria objetivou verificar a existência de estratégias estruturadas, coordenadas e formalizadas que objetivassem mitigar a evasão e a retenção nos cursos de graduação. A criticidade e a relevância do tema fizeram com que ele fosse incluído no planejamento. Além disso, trata-se de um problema público de ordem global.

Critério (o que deveria ser): De acordo com o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº 13.005/2014), em sua Meta 12, compete às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos cursos pelos estudantes. A Política Nacional de Assistência Estudantil (Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024) estabelece diretrizes para ações integradas de apoio à permanência estudantil.

Condição (o que é): Durante os trabalhos de auditoria, não foi identificada, até o encerramento da fase de execução (julho/2025), qualquer estratégia formal institucional consolidada voltada ao combate à evasão estudantil. Apesar da existência de ações pontuais, como programas de apoio psicossocial, assistência estudantil e tutorias acadêmicas isoladas, não há um plano estratégico que agregue, coordene e direcione tais iniciativas, tampouco metas definidas, indicadores de desempenho, responsáveis formais ou cronograma de execução. A ausência de sistematização compromete a integração entre setores, dificulta o monitoramento e enfraquece o atingimento dos objetivos institucionais.

Causa: A causa principal da ausência de estratégia institucional formalizada é a desarticulação entre os setores envolvidos com políticas de permanência estudantil, aliada à inexistência de uma governança acadêmica orientada por dados e metas. Verificou-se também que, historicamente, a evasão tem sido tratada como fenômeno individual e localizado, e não como um problema sistêmico que exige abordagem institucional generalizada.

Efeito (consequência): A inexistência de uma estratégia formal compromete a capacidade da Universidade de responder, de forma tempestiva e coordenada, ao fenômeno da evasão estudantil, agravando os seguintes riscos:

- Ineficiência na alocação de recursos públicos, especialmente aqueles destinados à assistência estudantil e ao custeio de cursos com baixa taxa de conclusão;
- Redução da taxa de sucesso acadêmico e do retorno social do investimento público em educação superior;
- Perda de talentos locais e aumento da frustração entre discentes que não conseguem permanecer na instituição;
- Fragilidade nos indicadores institucionais utilizados em avaliações externas, como o Relato Integrado.

Conclusão: Conclui-se que a Universidade Federal Rural do Semi-Árido não possui, até o momento, uma estratégia institucional formalizada, documentada e monitorável para o enfrentamento da evasão estudantil nos cursos de graduação presenciais. A ausência de tal estratégia compromete a eficiência das ações de permanência, limita a efetividade dos investimentos públicos e fragiliza o desempenho institucional. A construção de um plano institucional coordenado, com metas e indicadores, é medida necessária para enfrentamento sistêmico do problema.

2. Achado 2: Inexistência de um Programa permanente de capacitação pedagógica

Contextualização: Durante os trabalhos de auditoria verificou-se, por meio da aplicação de questionários e da condução de entrevistas com docentes e discentes, a recorrência de relatos sobre a influência negativa de práticas pedagógicas inadequadas no processo de permanência estudantil. Dificuldades no relacionamento entre professores e alunos, ausência de metodologias atualizadas e resistência à revisão de horários e ementas tradicionais foram apontadas como fatores que dificultam o engajamento dos estudantes e contribuem para o abandono dos cursos. Os levantamentos foram conduzidos com ampla participação de estudantes dos cursos presenciais do Campus Sede, e também contaram com escuta de representantes de cursos.

Critério (o que deveria ser): A universidade, em conformidade com o Decreto nº 9.991/2019, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), possui a obrigatoriedade de elaborar e executar anualmente um Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP). Tal plano deve prever ações de capacitação contínua para preencher lacunas de competências de seus servidores, incluindo o corpo docente, visando a melhoria da eficiência institucional. Essa exigência é corroborada pela Lei nº 10.861/2004 (SINAES), que estabelece a qualificação e a permanente atualização do corpo docente como um dos pilares para a avaliação da qualidade dos cursos e da instituição, bem como pela estrutura da carreira do Magistério

Superior (Lei nº 12.772/2012), que associa a progressão funcional ao contínuo aprimoramento profissional. Portanto, a existência de uma política formal e de um programa de formação continuada para docentes, com foco em práticas pedagógicas e tecnologias educacionais, constitui um dever de gestão para a garantia da qualidade do ensino e o alinhamento às diretrizes federais.

Condição (o que é): A Ufersa não possui, até a data de encerramento da fase de execução da auditoria, um programa institucional permanente de capacitação pedagógica voltado ao corpo docente. Ações pontuais e esporádicas foram registradas, especialmente no contexto de formação inicial de novos professores e em ocasiões específicas (como eventos promovidos por pró-reitorias), mas não há uma política institucional sistemática, com diretrizes definidas, oferta recorrente, plano de conteúdos, nem articulação com os processos de avaliação docente ou revisão de Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

Causa: A causa principal identificada está relacionada à ausência de priorização institucional da formação pedagógica continuada no planejamento acadêmico e estratégico da universidade. Constatou-se também uma cultura organizacional resistente à mudança em determinadas unidades acadêmicas, nas quais há predomínio de práticas pedagógicas tradicionais e pouca abertura a inovações no processo de ensino-aprendizagem. Ademais, a inexistência de um setor ou coordenação responsável pela política de formação pedagógica docente contribui para a descontinuidade das ações.

Efeito (consequência): A inexistência de um programa institucionalizado de capacitação pedagógica produz os seguintes efeitos negativos:

- Persistência de metodologias de ensino desatualizadas, alheias aos perfis e às necessidades dos estudantes;
- Distanciamento entre docentes e discentes, com impacto negativo no engajamento e na motivação dos alunos, o que contribui para o abandono de curso;
- Dificuldade na atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso, especialmente quanto à redistribuição de carga horária e à adoção de novas práticas de ensino;
- Fragilidade da cultura institucional de inovação pedagógica e formação continuada docente, com prejuízo à qualidade do ensino e ao cumprimento das diretrizes educacionais nacionais.

Conclusão: A ausência de um programa permanente de capacitação pedagógica na Ufersa constitui fragilidade institucional com efeitos diretos na qualidade do ensino e na permanência estudantil. A inexistência de diretrizes formais, ações recorrentes e estrutura organizacional responsável por essa política compromete os esforços de modernização pedagógica e aproximação entre docentes e discentes. A adoção de um programa estruturado de formação

continuada representa medida essencial para a valorização do magistério e para a melhoria dos indicadores de permanência e sucesso acadêmico.

3. Achado 3: Ausência de meios de avaliação eficazes por parte dos estudantes das práticas pedagógicas

Contextualização: Durante a auditoria, foi analisado o processo de avaliação docente sob a ótica de sua efetividade enquanto instrumento de monitoramento da qualidade do ensino e retroalimentação institucional. Em entrevistas com gestores acadêmicos, docentes e discentes, bem como na análise dos instrumentos atualmente utilizados para avaliação das práticas pedagógicas, foi identificado um descompasso entre a finalidade declarada e o uso prático das informações coletadas. A percepção recorrente entre os estudantes é de que o instrumento de avaliação docente não possui estrutura clara, não favorece respostas refletidas, nem gera efeitos visíveis sobre o processo de ensino-aprendizagem. Por sua vez, os docentes e gestores reconheceram que os resultados das avaliações são utilizados apenas como requisito formal para a progressão funcional, sem que haja retorno estruturado à comunidade acadêmica ou utilização para fins de melhoria da qualidade do ensino.

Critério (o que deveria ser): Conforme a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), cada instituição de ensino superior deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) e conduzir processos de autoavaliação contínua. Este processo deve assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, incluindo o corpo discente, e seus resultados devem ser utilizados como instrumento de gestão para a melhoria da qualidade do ensino. A avaliação docente, como parte integrante da autoavaliação institucional, não deve ser um fim em si mesma, mas um meio eficaz para subsidiar o planejamento, retroalimentar as práticas pedagógicas e fortalecer as políticas de ensino. Este imperativo alinha-se ao princípio da gestão democrática do ensino público (Art. 206, VI, CF/88) e às estratégias do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que visam a melhoria contínua da educação superior. Portanto, o critério estabelece que o sistema de avaliação docente deve ser um processo cíclico, eficaz e participativo, cujos resultados são sistematicamente analisados, divulgados e efetivamente utilizados para aprimorar as práticas pedagógicas e as políticas institucionais, superando sua aplicação como mero requisito formal.

Condição (o que é): A avaliação docente atualmente utilizada pela Ufersa consiste em um formulário eletrônico aplicado no Sigaa. Embora traga perguntas relevantes, os discentes relataram que o instrumento não incentiva a resposta qualificada, por terem a percepção que os resultados não são utilizados como insumo para revisão de práticas pedagógicas nem para ações de desenvolvimento docente. A utilização dos resultados limita-se à formalização de processos de

progressão funcional, que ocorrem de forma praticamente automática (a nota não interfere em conseguir ou não a progressão), sem que o desempenho aferido represente critério objetivo ou interfira nos processos decisórios. Não há mecanismos de retorno sistemático aos discentes sobre as consequências das avaliações, o que contribui para o descrédito e a baixa adesão à ferramenta. Soma-se a isso que a CPA, embora instituída, não está funcionando regularmente. A última reunião ocorrida, em 16 de janeiro de 2025, determinou o calendário de reuniões:

Figura 13 - Ata da reunião da CPA

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Aos dezesseis dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às oito horas e trinta minutos, remotamente, reuniram-se os membros da Comissão Própria de Avaliação - CPA - para deliberar sobre a pauta da primeira reunião ordinária de dois mil e vinte e cinco. Estiveram presentes os membros: Luis Morão Cabral Ferro, Joseane Dunga da Costa, Luiza Helena Felix de Andrade, Rafael Luz Espindola - Docentes; Celeneh Rocha de Castro, Hortência Pessoa Rêgo Gomes, Luan Victor Anselmo de Oliveira - Técnicos Administrativos. PAUTA: PRIMEIRO PONTO: Calendário de reuniões da CPA para o ano de dois mil e vinte e cinco. SEGUNDO PONTO: Metodologia do processo de Autoavaliação referente ao ano de dois mil e vinte e quatro. Tendo constado o quórum legal, a presidente da CPA, Luiza Helena Felix de Andrade, declarou aberta a reunião, leu a pauta e a colocou em discussão. PRIMEIRO PONTO. Inicialmente, a professora Luiza Helena Felix de Andrade apresentou a sua sugestão sobre o calendário de reuniões, considerando as reuniões bimestrais com realização na primeira quinta-feira do mês durante o período letivo. **As datas sugeridas foram: seis de março, oito de maio, três de julho, quatro de setembro, seis de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. As datas sugeridas foram aceitas por unanimidade pelos membros da CPA.** SEGUNDO PONTO. Em seguida, a professora apresentou o formato do

Fonte: [página institucional](#) da comissão.

Apesar do calendário aprovado por unanimidade pelos conselheiros estipular reuniões em seis de março, oito de maio e três de julho, não há registros na página sobre a realização dessas reuniões. Só há a disponibilidade da ata acima, sugerindo que a comissão não está em funcionamento regular.

Causa: A principal causa identificada é a falta de alinhamento estratégico entre o instrumento de avaliação docente e os objetivos institucionais de melhoria da qualidade do ensino. Associam-se a isso a ausência de diretrizes pedagógicas claras, a fragilidade na gestão do processo avaliativo e a carência de estrutura institucional dedicada à análise e uso dos dados coletados como ferramenta de planejamento educacional.

Efeito (consequência): A ausência de instrumentos eficazes de avaliação pedagógica por parte dos estudantes acarreta diversos efeitos negativos:

- Redução da capacidade institucional de monitorar e melhorar a qualidade do ensino;
- Manutenção de práticas pedagógicas inadequadas ou desatualizadas, sem retroalimentação crítica;
- Descrédito dos instrumentos avaliativos, com queda na participação estudantil e perda de legitimidade;
- Fragilidade nos processos de formação continuada e de tomada de decisão sobre recursos didáticos e pedagógicos;
- Progressões funcionais sem lastro efetivo na qualidade da docência, o que compromete o real aperfeiçoamento acadêmico.

Conclusão: A inexistência de meios eficazes para que os estudantes avaliem criticamente as práticas pedagógicas representa um entrave à gestão da qualidade do ensino na Ufersa. A estrutura avaliativa vigente é formal, pouco responsiva e ineficaz como mecanismo de monitoramento e melhoria das práticas docentes. A reformulação do processo de avaliação docente, com foco na sua função pedagógica, institucional e estratégica, estará alinhada à promoção da permanência qualificada dos estudantes e à valorização do ensino superior público.

4. Achado 4: Inexistência de acompanhamento do estudante de forma prévia à evasão

Contextualização: No decorrer da auditoria, identificou-se a ausência de um modelo sistemático de acompanhamento preventivo dos estudantes em situação de vulnerabilidade acadêmica ou social. A análise da base de dados da Universidade demonstrou que todos os cancelamentos de matrícula ocorrem sem que tenham sido previamente acionados mecanismos institucionais de monitoramento, escuta ou intervenção. Verificou-se, ainda, por meio de entrevistas com coordenadores de curso, docentes e gestores, que inexistia acompanhamento do discente após a solicitação de trancamento ou cancelamento de matrícula.

Critério (o que deveria ser): O dever do Estado para com a educação, conforme o Art. 206 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), compreende a garantia de "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". Este princípio é materializado no Plano Nacional de Educação (PNE - Lei nº 13.005/2014), que em sua Meta 12 estabelece como estratégias a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil (12.7) e a elevação da taxa de conclusão dos cursos de graduação (12.3), visando reduzir a evasão. Adicionalmente, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES -

Decreto nº 7.234/2010) tem como objetivo central combater a evasão por meio de ações de acompanhamento pedagógico e psicossocial. A eficácia dessas políticas é, ainda, um dos objetos de análise do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), sendo um indicador relevante da qualidade e da responsabilidade social da instituição. Portanto, o critério estabelece que a universidade deve manter um modelo de gestão acadêmica proativo e sistemático, com mecanismos de identificação precoce, monitoramento, escuta e intervenção junto aos discentes em risco de evasão, a fim de promover a permanência, garantir a eficiência do gasto público e cumprir sua função social e legal.

Condição (o que é): A Ufersa não dispõe, até a data de encerramento desta auditoria, de um protocolo institucional ou fluxo formalizado para o acompanhamento prévio de estudantes em risco de evasão. A ausência de um sistema estruturado de identificação precoce de sinais de abandono (como reprovações sucessivas, frequência irregular, trancamentos reiterados ou queda no rendimento) inviabiliza a adoção tempestiva de ações corretivas ou de apoio. A atuação da universidade nesse campo ocorre de forma fragmentada, muitas vezes limitada à atuação pontual de professores ou coordenadores mais engajados. Não há integração entre as áreas acadêmica, pedagógica e de assistência estudantil para compartilhar dados e estabelecer planos de acompanhamento individualizados.

Causa: A principal causa está na ausência de uma política institucional de acompanhamento estudantil articulada com sistemas de informação integrados, bem como na descontinuidade de ações estruturadas para enfrentamento da evasão. Identificou-se, ainda, a inexistência de definição clara de responsabilidades entre os setores acadêmicos e administrativos quanto ao monitoramento preventivo de estudantes em situação de risco.

Efeito (consequência): A inexistência de acompanhamento prévio gera os seguintes efeitos negativos:

- Redução das chances de retenção e permanência do estudante;
- Desperdício de recursos públicos com matrículas que não se consolidam em formaturas;
- Ausência de dados institucionais estruturados sobre os motivos que levam os estudantes ao abandono dos cursos.

Conclusão: A ausência de mecanismos formais de acompanhamento prévio do estudante em situação de risco compromete a capacidade institucional da Ufersa de agir de maneira proativa na prevenção à evasão. A adoção de uma política preventiva, baseada em dados e fluxos integrados de monitoramento, é medida essencial à melhoria da permanência estudantil e à eficiência do uso dos recursos públicos.

RECOMENDAÇÕES

1 – Recomenda-se à PROGRAD que, no prazo de 6 (seis) meses, elabore e implemente a Política Institucional de Combate à evasão, através de uma estratégia institucional formalizada, contendo, no mínimo: a) designação de responsáveis por diagnóstico institucional periódico da evasão, de forma descentralizada; b) objetivos estratégicos e metas mensuráveis, vinculadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Relato Integrado; c) ações coordenadas e transversais entre os setores acadêmicos, pedagógicos, de assistência estudantil e de gestão da informação, com cronograma de execução; d) definição clara de responsabilidades institucionais, inclusive por meio de portarias ou atos normativos, para assegurar a governança da estratégia; e) mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão periódica da estratégia, com indicadores e sistemática de prestação de contas à comunidade acadêmica.

Achado nº 1

2 – Recomenda-se à PROGRAD que, em até seis (seis) meses, institua e implemente Programa permanente de capacitação pedagógica para docentes, com oferta regular de ações formativas sobre metodologias de ensino, tecnologias educacionais, avaliação da aprendizagem e práticas extensionistas, vinculando sua participação aos processos de progressão funcional e à avaliação institucional do desempenho docente.

Achado nº 2

3 – Recomenda-se à PROGRAD a reformulação e implementação de novo instrumento de avaliação docente aplicado pelos estudantes, até o encerramento do semestre 2025.2, contendo: a) questões estruturadas por disciplina e prática pedagógica; b) espaço para comentários abertos; c) previsão de uso dos resultados para fins de formação docente e progressão funcional; d) publicação dos resultados no relatório anual consolidado da CPA, até o final de cada exercício letivo, com os principais achados e encaminhamentos pedagógicos.

Achado nº 3

4. Recomenda-se à PROGRAD que, no âmbito da estratégia institucional de combate à evasão, estruture e implemente um protocolo formal de acompanhamento preventivo de estudantes em risco de evasão, com os seguintes elementos mínimos: a) critérios objetivos para identificação precoce (ex.: reprovações, faltas, trancamentos sucessivos); b) registro sistemático dos casos identificados em base acessível e atualizada; c) articulação com a PROAE, coordenações de curso e setores pedagógicos para intervenção tempestiva; d) definição formal de responsáveis pelo monitoramento e apoio. O protocolo deverá ser integrado à política institucional de permanência e seu funcionamento avaliado anualmente, com relatório de acompanhamento publicado até 30/11 de cada exercício.

Achado nº 4

CONCLUSÃO

A auditoria teve por objetivo avaliar as estratégias institucionais de enfrentamento à evasão estudantil na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (Ufersa), buscando verificar a existência de políticas formais, ações sistemáticas e mecanismos de acompanhamento capazes de garantir a permanência discente com qualidade e efetividade. As questões de auditoria foram respondidas a partir de um conjunto de procedimentos que incluiu análise documental, extração e tratamento de dados do SIGAA, realização de survey amostral com estudantes e entrevistas com coordenadores dos cursos com a maior taxa de evasão.

Com base nos achados identificados, conclui-se que a Ufersa apresenta fragilidades estruturais, dentre as quais destacam-se: a ausência de uma estratégia institucional formalizada para enfrentamento da evasão, a inexistência de um programa permanente de capacitação pedagógica, a ausência de instrumentos eficazes de avaliação das práticas docentes pelos estudantes e a inexistência de acompanhamento sistemático dos discentes em momento anterior à evasão.

Essas constatações estão diretamente vinculadas às questões de auditoria descritas na matriz de planejamento, cujas respostas indicam que: a) os diagnósticos institucionais sobre evasão são inexistentes ou desatualizados; b) não há programa de capacitação docente contínuo, atualizado e monitorado; c) as avaliações pedagógicas são formais e pouco utilizadas para fins de aprimoramento; e d) não existem rotinas institucionais eficazes de acompanhamento acadêmico dos estudantes em risco de desligamento. A análise evidenciou, ainda, duas causas-raízes principais: a inexistência de uma governança acadêmica voltada à permanência discente e a baixa integração entre os dados acadêmicos disponíveis e os processos de tomada de decisão. Essa desconexão compromete a capacidade institucional de antever, monitorar e mitigar o fenômeno da evasão com base em evidências.

Apesar do cenário identificado, foi possível mapear boas práticas em desenvolvimento de forma pontual por coordenadores, como a revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) com vistas a permitir que, nos cursos integrais, os alunos possam cumprir a carga horária em turno único — facilitando a conciliação com atividades laborais. Essa medida demonstra sensibilidade à realidade socioeconômica dos estudantes e pode contribuir para a redução da evasão, desde que implementada de forma planejada e acompanhada por outras ações complementares.

Entre os benefícios esperados da auditoria, destacam-se: a) o fortalecimento da gestão baseada em evidências, por meio da indução de rotinas diagnósticas periódicas; b) a possibilidade

de construção de políticas de permanência mais precisas e alinhadas às reais causas da evasão; e c) o aprimoramento da governança pedagógica com foco na melhoria do desempenho acadêmico e institucional.

Não foram identificados danos quantificáveis de natureza financeira diretamente associados aos achados, uma vez que o objeto da auditoria envolve elementos qualitativos e estruturais. No entanto, os impactos indiretos da evasão — como o desperdício de recursos públicos aplicados em estudantes que não concluem a graduação — são significativos e justificam a adoção de medidas corretivas e preventivas por parte da administração superior.

Dessa forma, as recomendações apresentadas visam não apenas ao saneamento das fragilidades observadas, mas também à institucionalização de uma cultura de monitoramento, diagnóstico e ação preventiva contínua, voltada à efetivação do direito à educação superior pública, gratuita e de qualidade.

Maria Teodora Rocha Maia do Amaral

Auditora-Interna

ANEXOS

I – MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXAMINADA E ANÁLISE DA EQUIPE DE AUDITORIA

Achado nº 1

Manifestação da unidade examinada:

A unidade concordou integralmente com as constatações.

Achado nº 2

Manifestação da unidade examinada

A unidade concordou integralmente com as constatações.

Achado nº 3

Análise da equipe de auditoria

A unidade concordou integralmente com as constatações.

Achado nº 4

Análise da equipe de auditoria

A unidade concordou integralmente com as constatações.